

Relatório da Administração

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras com o relatório de auditoria dos Auditores Independentes referentes aos anos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

O Conglomerado Société Générale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. É uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Société Générale Brasil S.A., além da própria entidade individual, publica as demonstrações financeiras individuais em separado da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil. O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2019 atingiu o valor de R\$ 1,45 bilhão (R\$ 1,35 bilhão em 31 de dezembro de 2018) e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 41,32% (21,64% em 31 de dezembro de 2018) – Índice alcançado de Basiléia.

O banco apresentou um lucro de 110,6 milhões no exercício de 2019 (lucro de 31,9 milhões no exercício de 2018), seguindo tendência positiva com o segundo ano consecutivo de resultado positivo após o processo de encerramento das atividades do setor de financiamento ao consumidor concluído em dezembro de 2017.

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Société Générale e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades.

O Grupo contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia que permite às instituições financeiras compreender melhor os riscos ambientais em suas atividades. Como membro ativo da Federação Bancária Europeia (EBF) e da Federação Bancária Francesa (FBF), o grupo atua no sentido de promover a regulamentação adequada do financiamento sustentável e apoia as propostas regulatórias em matéria de financiamento sustentável.

Os princípios socioambientais do Grupo SG visam promover o desenvolvimento sustentável em parceria com as partes interessadas (clientes e colaboradores), através de

uma relação ética e transparente, da preservação do meio ambiente para as gerações futuras e o respeito à diversidade.

O Grupo SG Brasil, por meio do Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, tem como missão valorizar e transformar vidas humanas por meio da “promo o gratuita da educa o, capacita o profissional, esporte, saúde, preserva o do meio ambiente, arte e cultura”.

As políticas de responsabilidade ambiental e social encontra-se no endereço eletr nico do sítio no Brasil : <https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-ambiental/> e <https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-social/>

Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolu o CMN n  4.567/17, o Grupo Société Générale designou o Canal de Ouvidoria a seus clientes (constitu o em cumprimento   Resolu o CMN n  4.433/15) e o Canal de Denúncias aos seus funcionários, por meio do qual possa ser utilizado, sem a necessidade de se identificarem, situa es com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utiliza o do canal de comunica o podem ser encontrados na internet e intranet do banco no Brasil. Canal de Denúncias: <http://societegeneralebrasil.com.br/site/contato-sg-corporate-investment-banking/>

A Administra o do Grupo Société Générale Brasil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedica o.

São Paulo, 09 de abril de 2020

Banco Société Générale Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras consolidadas do
conglomerado prudencial para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2019 e de 2018**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Société Générale Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião com ressalva

A controlada SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência de depreciação, classificada no ativo permanente (nota explicativa 3). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº. 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante, realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Building a better
working world

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco Société Générale Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modifica es, em 09 de abril de 2020.

Outras informa es que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administra o do Banco   responsável por essas outras informa es que compreendem o Relatório da Administra o.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administra o e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade   a de ler o Relatório da Administra o e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distor o relevante no Relatório da Administra o, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administra o e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administra o   responsável pela elabora o e adequada apresenta o das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elabora o de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.



Building a better
working world

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de abril de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Emerson Morelli
Contador CRC- 1SP249401/O-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	2019	2018
CIRCULANTE		13.135.256	27.214.200
Disponibilidades	5	46.044	66.807
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	3.072.946	9.333.575
Aplicações no mercado aberto		3.072.946	9.332.515
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	1.060
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	448.431	1.578.746
Carteira própria		209.736	484.512
Vinculados à prestação de garantias		128.403	891.822
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	110.292	202.412
Relações interfinanceiras		1.374	1.501
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil		476	209
Créditos vinculados - Correspondentes		898	1.292
Operações de crédito		147.666	573.286
Operações de crédito - setor privado	9.a	148.199	575.063
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11	(533)	(1.777)
Operações de arrendamento mercantil	10	(5.990)	(11.554)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		219.799	277.918
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		(217.946)	(275.921)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		2.729	56.894
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		(2.729)	(56.894)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	(7.843)	(13.551)
Outros créditos		9.424.031	15.670.846
Carteira de câmbio	12	9.095.032	15.282.788
Rendas a receber		4.641	475
Negociação e intermediação de valores	8	2.139	-
Diversos	13.a	326.110	401.913
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	(3.891)	(14.330)
Outros valores e bens		754	993
Outros valores e bens		-	280
Despesas antecipadas	14	754	713

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.966.687	3.413.517
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	3.111	1.959
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.111	1.959
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	294.570	655.756
Carteira própria		5.968	8.229
Vinculados à prestação de garantias		195.490	290.965
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	93.112	356.562
Operações de crédito		259.600	159.017
Operações de crédito - setor privado	9.a	260.004	159.763
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11	(404)	(746)
Operações de arrendamento mercantil	10	(7.602)	(13.928)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		194.904	323.615
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		-	2.574
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		(194.904)	(323.615)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		-	(2.574)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	(7.602)	(13.928)
Outros créditos		3.416.127	2.609.595
Carteira de câmbio	12	2.842.597	2.066.879
Diversos	13.a	580.832	543.050
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	(7.302)	(334)
Outros valores e bens		881	1.118
Despesas antecipadas	14	881	1.118
PERMANENTE		428.114	641.238
Investimentos		19	20
Outros investimentos		19	20
Imobilizado de uso		5.211	3.287
Outras imobilizações de uso		15.782	12.965
Depreciações acumuladas		(10.571)	(9.678)
Imobilizado de arrendamento	10.a	422.731	637.714
Bens arrendados		828.827	1.106.502
Superveniências de depreciações		110.279	170.967
Perdas de arrendamento a amortizar		52.586	89.070
Depreciações acumuladas		(547.183)	(677.291)
Amortização de perdas de arrendamento		(21.778)	(51.534)
Intangível		153	217
Outros ativos intangíveis		659	659
Amortização acumulada de outros intangíveis		(506)	(442)
TOTAL DO ATIVO		17.530.057	31.268.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

<u>PASSIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
CIRCULANTE		12.118.717	26.423.156
Depósitos	17	78.743	423.690
Depósitos à vista		5.965	6.185
Depósitos a prazo		72.778	417.505
Captações no mercado aberto	18	57.470	563.374
Carteira de Terceiros		24.996	445.109
Carteira de Livre Movimentação		32.474	118.265
Relações interdependências		19.962	6.232
Recursos em trânsito de terceiros		19.962	6.232
Obrigações por empréstimos e repasses	19	2.987.794	10.219.981
Empréstimos no País		1.099	2.112
Empréstimos no exterior		2.986.508	10.216.403
Repasses do exterior		-	157
Repasses do País		187	1.309
Instrumentos financeiros derivativos		132.420	294.471
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	132.420	294.471
Outras obrigações		8.842.328	14.915.408
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		50	116
Carteira de câmbio	12	8.657.114	14.672.455
Fiscais e previdenciárias	13.b	95.685	88.410
Negociação e intermediação de valores	8	38.419	63.844
Diversas	13.c	51.060	90.583
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.955.399	3.482.584
Depósitos	17	4.886	8.977
Depósitos a prazo		4.886	8.977
Obrigações por empréstimos e repasses	19	311.500	395.831
Empréstimos no País		2.027	3.128
Empréstimos no exterior		309.473	392.200
Repasses do País - FINAME		-	503
Instrumentos financeiros derivativos		258.234	470.711
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	258.234	470.711
Outras obrigações		3.380.779	2.607.065
Carteira de câmbio	12	2.942.869	2.153.626
Fiscais e previdenciárias	13.b	62.256	51.592
Diversas	13.c	375.654	401.847

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	20	9.395	11.165
Resultado de exercícios futuros		9.395	11.165
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	1.446.546	1.352.050
Capital social		2.956.929	2.956.929
Reserva de capital		2.559	2.294
Reserva legal		227	-
Ajustes de avaliação patrimonial		(6.897)	9.474
Prejuízos acumulados		(1.506.272)	(1.616.647)
TOTAL DO PASSIVO		17.530.057	31.268.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E
 PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em milhares de R\$, exceto lucro (prejuízo) por ação

	Nota explicativa	2º semestre	2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>832.931</u>	<u>1.248.150</u>	<u>2.051.611</u>
Operações de crédito		28.327	73.581	63.006
Operações de arrendamento mercantil		171.321	352.401	455.227
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		267.520	584.016	527.356
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e.2	365.763	238.152	1.006.022
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>(730.218)</u>	<u>(916.890)</u>	<u>(1.841.338)</u>
Operações de captações no mercado		(37.097)	(70.025)	(90.980)
Operações de arrendamento mercantil		(140.601)	(288.793)	(353.623)
Operações de empréstimos e repasses	19	(526.293)	(422.268)	(1.187.847)
Resultado de operações com câmbio		(31.671)	(149.331)	(200.724)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	11	721	985	(146)
Provisão/Reversão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	2.923	8.590	(8.666)
Provisão/Reversão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	1.800	3.952	648
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>102.713</u>	<u>331.260</u>	<u>210.273</u>
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>(80.876)</u>	<u>(149.945)</u>	<u>(211.245)</u>
Receitas de prestação de serviços		15.433	29.427	19.665
Rendas de tarifas bancárias		52	97	62
Despesas de pessoal		(57.523)	(132.455)	(123.868)
Outras despesas administrativas	24	(51.331)	(88.902)	(77.381)
Despesas tributárias		(18.263)	(34.103)	(25.595)
Outras receitas operacionais	25	60.192	123.207	105.666
Outras despesas operacionais	26	(29.436)	(47.216)	(109.794)
RESULTADO OPERACIONAL		<u>21.837</u>	<u>181.315</u>	<u>(972)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		<u>1.342</u>	<u>7.875</u>	<u>14.125</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		<u>23.179</u>	<u>189.190</u>	<u>13.153</u>
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	<u>(35.057)</u>	<u>(75.835)</u>	<u>20.168</u>
Provisão para imposto de renda corrente		(26.246)	(53.176)	(1.756)
Provisão para contribuição social corrente		(12.350)	(27.322)	(11.785)
Imposto diferido		3.539	4.663	33.709
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO RESULTADO		<u>(1.297)</u>	<u>(2.753)</u>	<u>(1.389)</u>
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		<u><u>(13.175)</u></u>	<u><u>110.602</u></u>	<u><u>31.932</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		2.956.929	2.294		6.878	(1.648.579)	1.317.522
Plano de pagamento baseado em ações							
-Controlador	28	-	(71)		-	-	(71)
-Controladas	28	-	71		-	-	71
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-		2.596	-	2.596
Lucro do exercício		-	-		-	31.932	31.932
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>2.956.929</u>	<u>2.294</u>	<u>-</u>	<u>9.474</u>	<u>(1.616.647)</u>	<u>1.352.050</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>2.956.929</u>	<u>2.294</u>	<u>-</u>	<u>9.474</u>	<u>(1.616.647)</u>	<u>1.352.050</u>
Plano de pagamento baseado em ações							
-Controlador	28	-	219	-	-	-	219
-Controladas	28	-	46	-	-	-	46
Reserva legal de controlada	21.d	-	-	227	-	(227)	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(16.371)	-	(16.371)
Lucro do exercício		-	-	-	-	110.602	110.602
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>2.956.929</u>	<u>2.559</u>	<u>227</u>	<u>(6.897)</u>	<u>(1.506.272)</u>	<u>1.446.546</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019		<u>2.956.929</u>	<u>2.374</u>	<u>-</u>	<u>(5.338)</u>	<u>(1.492.870)</u>	<u>1.461.095</u>
Plano de pagamento baseado em ações							
-Controlador	28	-	149	-	-	-	149
-Controladas	28	-	36	-	-	-	36
Reserva legal de controlada	21.d	-	-	227	-	(227)	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(1.559)	-	(1.559)
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(13.175)	(13.175)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>2.956.929</u>	<u>2.559</u>	<u>227</u>	<u>(6.897)</u>	<u>(1.506.272)</u>	<u>1.446.546</u>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais)

	2º semestre	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre/exercício	(13.175)	110.602	31.932
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa	(448.265)	(507.307)	2.773.078
Depreciações e amortizações	90.773	219.602	320.772
(Superveniência) Insuficiência de depreciação	10.a 43.885	60.687	(14.872)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(721)	(987)	156
Provisão (reversão) para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(2.923)	(8.590)	8.404
Provisão para perdas com outros créditos	(1.800)	(3.950)	(395)
Atualização de depósitos judiciais	(7.001)	(14.470)	1.240
(Constituição) reversão de provisão para riscos	15 (ii) (27.704)	(70.530)	14.046
Atualização de riscos	15 (ii) 13.270	16.939	7.449
Atualização de créditos tributários	(551)	(1.498)	(1.779)
Impostos diferidos	(3.539)	(4.663)	(33.709)
Reversão para desvalorização de outros valores e bens	-	-	(1)
Varição cambial de operações de crédito e empréstimos	(516.302)	(471.286)	2.432.313
Juros de operações de crédito e empréstimos	(8.704)	(4.360)	(636)
Ajuste MTM sobre TVM e Derivativos	(25.574)	(208.095)	37.494
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	(1.559)	(16.371)	2.596
Provisão para pagamento de plano de ações	185	265	-
Lucro líquido ajustado/(Prejuízo)	(461.440)	(396.705)	2.805.010
Varição de ativos e obrigações	(585.776)	(5.451.150)	886.973
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	474.583	6.324.712	(4.098.438)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(3.039)	1.253.713	(439.907)
Aumento em operações de arrendamento mercantil	(678)	(1.150)	(4.565)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências	14.993	19.577	(74.069)
(Aumento) redução em operações de crédito	190.510	310.316	(226.512)
(Aumento) redução em outros créditos	(2.650.171)	5.333.487	(8.848.237)
(Aumento) redução em despesa antecipada	(165)	196	(188)
Aumento em outros valores e bens	2.312	280	2.277
Redução em depósitos	(180.127)	(349.038)	(173.631)
Aumento (redução) no mercado aberto	(1.168.939)	(6.492.530)	3.144.096
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	81.386	(6.980.100)	3.004.910
Aumento (redução) em outras obrigações	2.613.721	(4.863.065)	8.470.371
Impostos pagos	(35.171)	(77.133)	(13.541)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	73.897	71.355	156.415
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	1.112	(1.770)	(12.008)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.047.216)	(5.847.855)	3.691.983
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação de investimentos	-	8	1
Aquisição de imobilizado de uso	(437)	(3.251)	(1.068)
Alienação de imobilizado de uso	-	8	102
Aquisição de imobilizado de arrendamento mercantil	(59.400)	(84.450)	(119.973)
Alienação de imobilizado de arrendamento	8.779	20.520	117.520
Aquisição de intangível	-	-	(52)
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades de investimento	(51.058)	(67.165)	(3.470)
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(1.098.274)	(5.915.020)	3.688.513
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.477.073	8.293.819	4.605.306
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO 5	2.378.799	2.378.799	8.293.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco” ou “Instituição”), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil (“Conglomerado” ou “Consolidado”). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

O suporte das operações do Banco a empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil vem sendo realizadas através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas conforme princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e abrangem em dezembro de 2018 o Banco Société Générale Brasil S.A. (líder do conglomerado) e sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, cuja elaboração das demonstrações financeiras individuais é de responsabilidade direta de cada empresa, sendo a consolidação geral elaborada pelo líder do Conglomerado. As demonstrações financeiras são elaboradas de forma consolidada do Conglomerado Prudencial.

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.280 de 31 de outubro de 2013 CMN e Circular nº 3.701 de 31 de março de 2014 do Banco Central do Brasil (BACEN) que, estabelecem procedimentos para a elaboração, a divulgação e a remessa ao BACEN destas demonstrações.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12
- b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- c) CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- d) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;

- e) CPC 04 - Ativo Intangível – homologado pela Resolução nº 4.534/16;
- f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- g) CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- i) CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
- l) CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
- m) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 09 de abril de 2020.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços .

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período. Certos contratos de “swap” foram contratados em negociação associada a operações de crédito e, conforme permitido pelo BACEN, não foram ajustados ao valor de mercado;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o exercício, agregando os custos inerentes ou transferido o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”) podem ser classificados como:

I - “hedge” de risco de mercado; e

II - “hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito, operações de arrendamento e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito e de arrendamento mercantil vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo “rating” em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de “Rendas a apropriar de arrendamento mercantil”. As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável.

As perdas de arrendamento a amortizar correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente as perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de “Bens arrendados”.

g) Valores residuais garantidos

Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica de “Valores residuais a balancear”.

h) Superveniência ou insuficiência de depreciação

Na apuração do resultado do exercício é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é creditada no resultado e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

i) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

j) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

k) Investimentos

- As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo; e
- Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

l) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

m) Depreciações

- Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%; e
- Imobilizado de arrendamento - é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.

n) Diferido

É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel.

o) Intangível

No Consolidado, inclui gastos com softwares ao custo de aquisição ou formação, cuja amortização é feita pelo método linear pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares.

p) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

q) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

r) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia.

s) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

t) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em 12 de Novembro de 2019 foi publicada a Emenda Constitucional nº 103, que majorou a alíquota da contribuição social para 20% a partir do dia 1º de março de 2020.

u) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

v) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Pagamento baseado em ações

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são reconhecidos como despesa pessoal pr -rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transa o seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquida o seja efetuada em dinheiro.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condu o dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, de acordo com a natureza das opera es e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades, e em conformidade com a Res.4557/17 do CMN. Os indicadores de todos os tipos de risco são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A  rea de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores para garantir que a exposi o no ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos   Alta Administra o.

A avalia o de todos os riscos   parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos   realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital requerido pela Resolu o 4.557 que não fazem parte dessas “Demonstra es Financeiras” está disponível no endereço eletr nico www.sgbrasil.com.br

I. Risco de crédito

Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco   um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferi o e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das opera es efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados   análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentra o, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

II. Risco de mercado

A  rea de Risco de Mercado utiliza metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Banco com agilidade, transparência e alto grau de confiança.   a área responsável pela implementa o da estrutura de risco de

mercado no Banco, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas.

III. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações.

IV. Risco operacional

A gestão de risco operacional do Conglomerado do Société Générale Brasil (“CSGB”)   feita de forma contínua e integrada quanto a governança, relatórios de monitoramento, treinamento e comunica o para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo Société Générale na França, com as exigências da Basileia II, com a Resolu o 4.557/17 do Banco Central do Brasil e com a Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A estrutura, prevista acima, deve também estar capacitada a identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da institui o, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A atividade de gerenciamento do risco operacional   executada por um departamento específico, segregado da unidade executora e da atividade de auditoria interna.

O Banco identifica e monitora a sua exposi o ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avalia o de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa n  26); essa avalia o   revisada periodicamente e desencadeia planos de a oes mitigantes a partir de um certo nível de exposi o; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de a oes corretivas; v) controles de conformidade (regulatório e reputacional), de preven o   lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, e anti-suborno e anti-corrup o (“compliance”); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientiza o dos colaboradores.

Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as a oes mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de aloca o de capital regulamentar, previsto no art. 1  da Circular n  3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela Circular n  3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulga o das informaçoes consolidadas referentes   gestão de riscos,   apura o do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e   apura o do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN no 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela Circular n  3.716, de 21 de agosto de 2014, estão publicadas em nosso site no endereço eletr nico www.sgbrasil.com.br, se o Gestão de Riscos, os quais não fazem parte dessas Demonstra oes Financeiras.

V. Risco de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada institui o financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avalia oes de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão.

A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo:

I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração;

II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidos ao COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG).

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Disponibilidades	46.044	66.807
Aplicações no mercado aberto	2.240.386	8.227.012
Aplicações em depósitos interfinanceiros	92.369	-
Total	<u>2.378.799</u>	<u>8.293.819</u>

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2019	A vencer até 3			Total
	meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	
Aplicações no mercado aberto	3.072.946	-	-	3.072.946
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	3.111	3.111
Total	<u>3.072.946</u>	<u>-</u>	<u>3.111</u>	<u>3.076.057</u>

Em 31 de dezembro de 2018	A vencer até 3			Total
	meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	
Aplicações no mercado aberto	9.332.515	-	-	9.332.515
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	1.060	1.959	3.019
Total	<u>9.332.515</u>	<u>1.060</u>	<u>1.959</u>	<u>9.335.534</u>

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários por categoria:

	2019		2018	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	243.911	215.704	492.190	492.741
Títulos para negociação:	81.694	81.738	384.012	384.537
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.647	20.656	15.198	15.204
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.847	4.849	253.345	253.774
Notas do Tesouro Nacional - NTN	56.200	56.233	115.469	115.559
Títulos disponíveis para venda:	162.217	133.966	108.178	108.204
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.965	5.968	8.226	8.229
Letras do Tesouro Nacional - LTN	127.336	127.998	99.952	99.975
Debêntures	28.916	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias:	310.793	323.893	1.166.400	1.182.787
Títulos para negociação:	5.219	5.225	858.906	859.573
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	790	790
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.219	5.225	826.721	827.304
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	31.395	31.479
Títulos disponíveis para venda:	305.574	318.668	307.494	323.214
Letras do Tesouro Nacional - LTN	245.686	258.769	253.578	269.289
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	25.713	25.724	21.667	21.676
Cotas de fundos de investimento	34.175	34.175	32.249	32.249
Total	554.704	539.597	1.658.590	1.675.528

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda		2019			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	31.678	31.692	14	(6)	8
Letras do Tesouro Nacional - LTN	373.022	386.767	13.745	(6.185)	7.560
Cotas de fundos de investimento	34.175	34.175	-	-	-
Debêntures	28.916	-	(28.916)	13.012	(15.904)
Total	467.791	452.634	(15.157)	6.821	(8.336)

Títulos disponíveis para venda		2018			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras do Tesouro Nacional - LTN	29.893	29.905	12	(5)	7
Cotas de fundos de investimento	32.249	32.249	-	-	-
Total	415.672	431.418	15.746	(6.299)	9.447

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As

aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

O banco recebeu no primeiro semestre de 2019 R\$ 160.119 em debêntures como novação de uma dívida não paga de execução de uma garantia prestada referente ao ano de 2015. Essa dívida foi baixada integralmente para prejuízo. No primeiro semestre de 2019 foi reconhecida uma perda permanente no valor de R\$ 133.514 no resultado. O ajuste foi baseado no cálculo dos fluxos de caixa da debênture trazidos ao valor presente. Em 31 de dezembro de 2019, a Administração do banco, baseado na situação econômica da empresa, efetuou ajuste a valor de mercado negativo no patrimônio líquido de imposto de (R\$ 15.904), reconhecendo o valor da debênture a zero.

c) Composição por prazo de vencimento

	2019			2018		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
A vencer até 3 meses	86.963	143.009	229.972	1.244.110	132.224	1.376.334
A vencer entre 3 e 12 meses	-	108.167	108.167	-	-	-
A vencer entre 1 e 3 anos	-	201.458	201.458	-	231.919	231.919
A vencer entre 3 e 5 anos	-	-	-	-	67.275	67.275
Total	86.963	452.634	539.597	1.244.110	431.418	1.675.528

d) Composição por emissor

	2019	2018
Títulos para negociação	86.963	1.244.110
Públicos	86.963	1.244.110
Governo Federal	86.963	1.244.110
Títulos disponíveis para venda	452.634	431.418
Públicos	418.459	399.169
Governo Federal	418.459	399.169
Privado	34.175	32.249
Cotas de fundos de investimentos	34.175	32.249
Total	539.597	1.675.528

e) Instrumentos financeiros derivativos

As instituições participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas. Demonstramos a seguir a relação dos derivativos por indexador:

e.1) “Swap” e NDF

Em 31 de dezembro de 2019

Indexador	Valor de referência		
	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Valor Curva a receber (pagar)	Valor Mercado a receber (pagar)
CDI x EURIBOR 3M (Fluxo de caixa)	348.458	(16.768)	(27.448)
CDI x EURO	81.301	577	792
CDI x LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	104.217	(7.686)	(7.832)
CDI x LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	465.000	(66.195)	(64.988)
CDI x PRÉ	761.811	(53.467)	(153.342)
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	9.750	(75)	(101)
DÓLAR (NDF)	1.267.985	(21.697)	(28.568)
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	33.110	7.192	7.282
DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa)	36.968	(1.246)	(561)
DÓLAR X LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	56.475	(2.134)	(26)
EURO (NDF)	271.207	(5.143)	(5.538)
EURIBOR 3M x EUR BFIX Londres (Fluxo de caixa)	84.293	(49)	(449)
EURIBOR 3M x Euro REUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	264.164	(57)	(6.001)
EURIBOR 6M x Euro REUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	36.968	(26)	(686)
LIBOR US 3M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	435.672	(8)	(6.967)
LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	524.442	(132)	(8.506)
PRÉ (NDF)	1.345.529	6.009	13.782
PRÉ x CDI	764.483	(44)	4.928
PRÉ x DÓLAR	150.682	(9.646)	(1.878)
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	19.393	(15.383)	(5.855)
PRÉ X EURO	638.153	23.543	51.334
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	683.000	8.653	22.169
PRÉ X EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	234.002	(3.933)	183
PRÉ X LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	331.646	600	11.545
YEN (NDF)	946	(20)	(18)
Total	8.949.655	(157.135)	(206.749)

Em 31 de dezembro de 2018

Indexador	Valor de referência		
	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Valor Curva a receber (pagar)	Valor Mercado a receber (pagar)
CDI x DÓLAR	10.000	(853)	(837)
CDI x EURO	150.000	(6.492)	(5.853)
CDI x LIBOR U\$ 3M (Fluxo de caixa)	103.825	(5.235)	(5.832)
CDI x LIBOR U\$ 6M (Fluxo de caixa)	501.500	(51.350)	(50.589)
CDI x PRÉ	812.276	(26.820)	(78.328)
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	82.668	(293)	(1.552)
DÓLAR (NDF)	1.125.589	6.467	4.198
DÓLAR x CDI	92.400	371	281
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	159.068	32.310	31.650
DÓLAR X LIBOR U\$ 3M (Fluxo de caixa)	97.257	(252)	(1.257)
EURO (NDF)	550.317	(11.110)	(873)
LIBOR U\$ 3M x Dólar (Fluxo de caixa)	542.060	336	(1.948)
LIBOR U\$ 6M x Dólar (Fluxo de caixa)	504.487	171	(3.191)
PRÉ (NDF)	2.546.962	(8.263)	3.644
PRÉ x CDI	3.046.478	(86.372)	(97.137)
PRÉ x DÓLAR	440.446	(32.459)	(10.439)
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	157.798	(44.473)	(34.196)
PRÉ X EURO	727.566	1.355	11.168
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	585.537	8.826	21.260
PRÉ X LIBOR U\$ 3M (Fluxo de caixa)	341.085	13.785	13.623
Total	12.577.319	(210.351)	(206.208)

Opções flexíveis	2019		2018	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
Compra de opção de compra	225.221	16.289	281.889	2.463
Compra de opção de venda	225.221	(16.289)	241.920	8.840
Venda de opção de compra	241.920	25.849	281.889	(2.463)
Venda de opção de venda	241.920	(6.350)	241.920	(8.840)
	934.282	19.499	1.047.618	-

Diferencial e prêmios a receber (pagar) – "Swap", NDF e Opções

	2019	2018
Curto prazo	110.292	202.412
Longo prazo	93.112	356.562
Saldo registrado no ativo:	<u>203.404</u>	<u>558.974</u>
Curto prazo	(132.420)	(294.471)
Longo prazo	(258.234)	(470.711)
Saldo registrado no passivo:	<u>(390.654)</u>	<u>(765.182)</u>
Diferencial líquido a receber/(pagar)	<u>(187.250)</u>	<u>(206.208)</u>

e.2) Mercado futuro

	2019		2018	
	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
Mercadoria				
DDI	7.959.766	(43.221)	15.052.920	(46.330)
DI	4.716.257	669	5.327.178	90
Dólar	5.269.102	4.464	1.394.468	(3.652)
Total	<u>17.945.125</u>	<u>(38.088)</u>	<u>21.774.566</u>	<u>(49.892)</u>

No Consolidado, os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais e cotas de fundos de investimentos, no montante de R\$ 184.701 (R\$ 301.538 em 2018).

Os contratos de “swap”, NDFs, opções e futuros têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 31 de dezembro de 2019	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	365.998	1.656.378	3.538.944	315.781	186.887	6.063.988
NDFs	1.555.735	1.135.455	174.006	14.243	6.228	2.885.667
Futuros	11.891.637	2.487.903	3.196.088	320.821	48.676	17.945.125
Opções	51.367	379.907	503.008	-	-	934.282
Total	<u>13.864.737</u>	<u>5.659.643</u>	<u>7.412.046</u>	<u>650.845</u>	<u>241.791</u>	<u>27.829.062</u>

Em 31 de dezembro de 2018	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	887.384	1.925.231	4.013.742	1.235.673	292.422	8.354.452
NDFs	1.979.179	1.702.429	258.037	270.621	12.601	4.222.867
Futuros	12.352.622	4.284.086	4.028.713	1.031.431	77.714	21.774.566
Opções	-	113.337	934.281	-	-	1.047.618
Total	<u>15.219.185</u>	<u>8.025.083</u>	<u>9.234.773</u>	<u>2.537.725</u>	<u>382.737</u>	<u>35.399.503</u>

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram nos semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os seguintes resultados:

	2019		2018	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
NDF	(46.972)	(44.183)	127.528	176.955
Swap	(47.067)	21.032	64.858	(187.620)
Mercado futuro	459.505	261.006	(285.196)	1.016.687
Opções	297	297	-	-
Total	<u>365.763</u>	<u>238.152</u>	<u>(92.810)</u>	<u>1.006.022</u>

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

A estratégia de “hedge accounting” de fluxo de caixa das instituições é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de “hedge”, composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082.

As estruturas de “hedge” são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado.

A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Os derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” por indexador são representados como segue:

"Hedge" fluxo de caixa	2019		2018	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(212.422)	-	(420.463)	-
DDI	211.091	(189.926)	417.213	(395.526)
DI	-	-	-	361.509
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		2.619		44
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa, 45% em 2019 (40% em 2018)		(1.179)		(20)

e.4) Cotas de fundo de investimento

As cotas de fundo de investimento estavam representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento multimercado cuja posição é demonstrada abaixo. A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia do risco sistêmico e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

	2019	2018
FI LIQUIDEZ CÂMARA BM&FBOVESPA MULTIMERCADO		
Quantidade cotas investidas pelo Banco	299.779,4947942	299.779,4947942
Saldo	34.175	32.249

8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Ativo – Outros créditos

	2019	2018
<u>Operação:</u>		
Swap	2.139	-
Total	2.139	-

Passivo – Outras obrigações

	2019	2018
<u>Operação:</u>		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	38.088	49.892
Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio	331	73
Total	38.419	63.844

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Empréstimos e títulos descontados	68.977	242.900
Financiamentos	339.226	491.926
Total das operações de crédito	<u>408.203</u>	<u>734.826</u>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 12)	463.895	665.033
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 12)	14.577	16.298
Outros créditos – títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 13)	320.663	228.359
Total de outros créditos	<u>799.135</u>	<u>909.690</u>
Total de operações de arrendamento mercantil (nota explicativa nº 10)	<u>390.135</u>	<u>603.312</u>
Total do risco da carteira	<u>1.597.473</u>	<u>2.247.828</u>

b) Diversificação por atividade:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Setor privado:		
Indústria	895.377	1.004.933
Comércio	370.839	507.070
Instituições financeiras	121.743	182.486
Pessoas físicas	85	356
Prestação de serviços	42.800	249.119
Outros serviços	163.970	245.936
Setor público		
Governo federal	2.659	57.928
Total	<u>1.597.473</u>	<u>2.247.828</u>

c) Vencimento:

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	5.290	0,33	4.399	0,20
A vencer até 3 meses	109.763	6,87	244.425	10,88
A vencer de 3 a 12 meses	952.875	59,65	1.278.054	56,86
A vencer de 1 a 3 anos	429.957	26,91	395.218	17,58
A vencer de 3 a 5 anos	99.528	6,23	306.005	13,61
A vencer de 5 a 15 anos	60	0,00	19.707	0,88
A vencer acima de 15 anos	-	-	20	-
Total	<u>1.597.473</u>	<u>100,00</u>	<u>2.247.828</u>	<u>100,00</u>

d) Concentração da carteira de crédito:

	2019		2018	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	226.652	14,19	329.909	14,68
10 seguintes maiores devedores	903.583	56,56	1.148.767	51,11
20 seguintes maiores devedores	257.600	16,13	511.347	22,75
50 seguintes maiores devedores	134.283	8,41	179.895	8,00
100 seguintes maiores devedores	71.001	4,44	68.927	3,06
Demais devedores	4.354	0,27	8.983	0,40
Total	1.597.473	100,00	2.247.828	100,00

e) Nível de risco:

Nível	%	2019			2018		
		Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	636.200	32	636.232	948.987	-	948.987
A	0,50%	458.370	-	458.370	742.858	173	743.031
B	1,00%	461.430	33	461.463	481.983	2.071	484.054
C	3,00%	17.250	1.271	18.521	22.998	260	23.258
D	10,00%	-	-	-	5.420	1.083	6.503
E	30,00%	71	31	102	5.148	136	5.284
F	50,00%	4.088	18	4.106	4.576	450	5.026
G	70,00%	186	1.985	2.171	3.117	301	3.418
H	100,00%	14.588	1.920	16.508	27.852	415	28.267
		1.592.183	5.290	1.597.473	2.242.939	4.889	2.247.828

f) Provisão por nível de risco:

Nível	2019		2018	
	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	636.232	-	948.987	-
A	458.370	2.292	743.030	3.717
B	461.463	4.615	484.054	4.840
C	18.521	556	23.258	699
D	-	-	6.503	652
E	102	31	5.284	1.585
F	4.106	2.053	5.027	2.513
G	2.171	1.520	3.418	2.393
H	16.508	16.508	28.267	28.267
Provisão mínima	1.597.473	27.575	2.247.828	44.666
Provisão adicional (*)		189		-
Total		27.764		44.666

(*) Em 31 de Dezembro de 2019 foi constituída uma provisão adicional no valor de R\$ 189 baseada nos conceitos de IFRS 9 da Matriz;

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de arrendamento financeiro são contratadas, principalmente, de acordo com a taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem.

O valor dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

Arrendamento financeiro:	2019	2018
Arrendamentos a receber - setor privado	406.433	601.049
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado	(404.580)	(599.052)
Arrendamentos a receber - setor público	2.729	59.468
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público	(2.729)	(59.468)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação	269.253	426.218
Superveniência de depreciação	110.279	170.967
Perdas de arrendamento a amortizar liquidas	30.808	37.536
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 13 c)	(30.328)	(33.890)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<u>381.865</u>	<u>602.828</u>

Arrendamento operacional:

	2019	2018
Arrendamentos a receber - setor privado	8.270	484
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(8.270)	(484)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>

a) Bens Arrendados – Arrendamento Financeiro:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2019	2018
Máquinas e equipamentos	14%	524.986	614.458
Móveis e utensílios			
Equipamentos de informática	29%	233.432	416.032
Veículos e afins	29%	10.152	10.342
Aeronaves	29%	47.337	55.614
Superveniência de depreciação		110.279	170.967
Perdas em arrendamento a amortizar liquidas		30.808	37.536
Depreciação acumulada		(546.654)	(670.228)
Total		<u>410.340</u>	<u>634.721</u>

b) Bens Arrendados – Arrendamento Operacional:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2019	2018
Máquinas e equipamentos	29%	12.920	-
Equipamentos de informática		-	10.056
Depreciação acumulada		(529)	(7.063)
Total		12.391	2.993

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2019	2018
Saldo inicial	44.666	46.960
Constituição (Reversão)	(13.338)	8.164
Baixas	(3.564)	(10.458)
Saldo final	27.764	44.666
Curto prazo	12.267	14.631
Longo prazo	15.497	30.035

No consolidado, durante o ano findo em 31 de dezembro de 2019, houve recuperação de créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 2.330. (R\$ 3.830 em 2018).

No consolidado não houve operações de créditos e outros créditos renegociados durante o ano findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

12. CARTEIRA DE CÂMBIO:

	2019	2018
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	6.284.929	9.224.153
Direitos sobre venda de câmbio	5.638.312	8.109.367
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(189)	(151)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	14.577	16.298
Total	11.937.629	17.349.667
Curto prazo	9.095.032	15.282.788
Longo prazo	2.842.597	2.066.879
Total	11.937.629	17.349.667
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	5.861.550	8.565.972
Obrigações por compra de câmbio	6.202.328	8.925.142
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a)	(463.895)	(665.033)
Total	11.599.983	16.826.081
Curto prazo	8.657.114	14.672.455
Longo prazo	2.942.869	2.153.626
Total	11.599.983	16.826.081

13. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	363	570
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	-	867
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 22 c)	13.012	-
Devedores por depósitos em garantia (*)	438.676	435.169
Devedores por compra de valores e bens a prazo	-	240
Impostos e contribuições a compensar	118.956	92.016
Títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 9 a) (***)	320.663	228.359
Títulos e créditos a receber - sem características de crédito	-	185.841
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 23 a)	2	2
Devedores diversos no exterior ligadas - partes relacionadas (**)	13.996	944
Devedores diversos no País	289	17
Outros	985	938
Total	906.942	944.963
Curto prazo	326.110	401.913
Longo prazo	580.832	543.050
Total	906.942	944.963

(*) Refere-se, principalmente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 60.485 em dezembro de 2019 (R\$ 58.624 em 2018), pedidos de compensação de IRRF no montante de R\$ 38.723 (R\$ 37.047 em 2018), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social –

COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 140.111 (R\$ 135.309 em 2018), processos trabalhistas e cíveis, oriundos do Banco Cacique, no montante de R\$ 58.419 (R\$ 64.342 em 2018) e processos referentes a desmutualização da BM&FBOVESPA em R\$ 104.607 (R\$ 99.894 em 2018).

(**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 23 a).

(***) Refere-se a aquisição de créditos cedidos sem coobrigação.

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2019	2018
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	77.133	55.581
Impostos e contribuições a recolher	4.398	4.401
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 22 e)	76.410	80.020
Total	<u>157.941</u>	<u>140.002</u>
Curto prazo	95.685	88.410
Longo prazo	62.256	51.592
Total	<u>157.941</u>	<u>140.002</u>

c) Outras obrigações - diversas:

	2019	2018
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15. i) (**)	200.633	194.314
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15. i)	87.070	143.038
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15. i)	24.101	28.043
Provisão com despesas de pessoal	18.670	20.268
Provisão para despesas de publicação	167	204
Provisão para pagamentos a fornecedores	1.399	1.921
Provisão para pagamentos a fornecedores de bens objeto de arrendamento	-	233
Provisão para despesas de advogados	587	2.279
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 10)	30.328	33.890
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 23 a)	16.573	36.424
Provisão para despesas de auditoria	534	696
Provisão para despesas de serviços técnicos especializados	693	693
Provisão para garantias prestadas (*)	73	128
Fundo de reserva de financiamento	40.561	28.834
Fundo garantidor de crédito	25	31
Dividendos a pagar	4.307	-
Outras	993	1.434
Total	<u>426.714</u>	<u>492.430</u>
Curto prazo	51.060	90.583
Longo prazo	375.654	401.847
Total	<u>426.714</u>	<u>492.430</u>

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 31 de dezembro de 2019 R\$ 147.608 (R\$ 560.617 em 2018).

14. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Comissões (*)	1.635	1.831
Total	<u>1.635</u>	<u>1.831</u>
Curto prazo	754	713
Longo prazo	881	1.118
Total	<u>1.635</u>	<u>1.831</u>

(*) Referem-se, principalmente, a serviços pagos antecipadamente contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo dos contratos em carteira.

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

As instituições provisionam integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Riscos fiscais (nota explicativa nº 13 c)	200.633	194.314
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 c)	87.070	143.038
Riscos cíveis (nota explicativa nº 13 c)	24.101	28.043
Total	<u>311.804</u>	<u>365.395</u>

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	194.314	143.038	28.043	365.395
Constituição (Nota Explicativa nº 25)	-	1.354	1.942	3.296
Baixas	-	-	-	-
Reversão (Nota Explicativa nº 24) (**)	-	(67.731)	(6.095)	(73.826)
Atualização (Nota Explicativa nº 25)	6.319	10.409	211	16.939
Saldo final	200.633	87.070	24.101	311.804

Devedores por depósitos em garantia (Nota explicativa nº 13 a)	382.586	47.618	8.472	438.676
---	---------	--------	-------	---------

Em 31 de dezembro de 2018

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	175.101	179.580	31.146	385.827
Constituição (Nota Explicativa nº 25) (*)	19.485	5.760	727	25.972
Baixas	1	-	-	1
Reversão (Nota Explicativa nº 24) (**)	(5.960)	(43.184)	(4.710)	(53.854)
Atualização (Nota Explicativa nº 25)	5.687	882	880	7.449
Saldo final	194.314	143.038	28.043	365.395

Devedores por depósitos em garantia (Nota explicativa nº 13 a)	364.388	64.342	6.439	435.169
---	---------	--------	-------	---------

(*) Nota explicativa nº 25. Em 2018, houve registro de provisão no valor de 16.624 para equiparação entre provisão e depósito judicial para os casos com probabilidade de perda provável.

(**) Nota explicativa nº 26. Em riscos trabalhistas, houveram reversões de provisões de aproximadamente R\$ 65.000 em 2019 e de R\$ 43.184 em 2018, proveniente de acordos e decisões referente a processos oriundos da incorporada Banco Cacique S/A.

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 31 de dezembro de 2019

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	200.633	200.633	109.166	87.070	24.101	24.101
Perdas possíveis (b)	282.393	-	339.618	-	3.903	-
Perdas remotas	59.210	-	27.608	-	4.497	-
Total	542.236	200.633	476.392	87.070	32.501	24.101

Em 31 de dezembro de 2018

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	176.955	194.314	167.217	143.038	28.043	28.043
Perdas possíveis (b)	278.988	-	656.890	-	18.211	-
Perdas remotas	59.646	-	36	-	1.280	-
Total	515.589	194.314	824.143	143.038	47.534	28.043

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril de 1991 a março de 1992 – em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 908 (R\$ 897 em 2018). Em dezembro de 2018 houve reversão parcial no valor de R\$ 3.233 devido ao encerramento de um dos processos que compõem a cobrança administrativa;
- Alargamento da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS pela Lei 9.718/98 – em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 126.273 (R\$ 113.700 em 2018) para o Banco e a incorporada CCTVM;
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 31 de dezembro de 2019, totalizou R\$ 43.615 (R\$ 43.040 em 2018);
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 da incorporada CCTVM – em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 8.647 (R\$ 8.534 em 2018).
- Em 30 junho de 2018 foi criada provisão, no montante de R\$ 16.624, para registrar a diferença contábil nos depósitos judiciais e provisões para os casos com possibilidade de perda provável, em que o valor do depósito será automaticamente convertido em renda para a União. A diferença objeto do ajuste refere-se aos critérios aplicados na atualização dos depósitos frente aos de provisionamento. O valor desta provisão atualizado em 31 dezembro de 2019 é de R\$ 18.745 (R\$ 17.359 em 2018).

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 38.723 (R\$ 37.047 em 2018);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 51.458 (R\$ 51.139 em 2018);
- Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual B3), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 124.590, (R\$ 119.289 em 2018);
- Auto de infração da Receita Federal do Brasil em dezembro de 2018 lavrado contra incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio referente aos anos de 2013 a 2017 - em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 31.402 (R\$ 30.526 em 2018)

Trabalhistas:

Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para os processos oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para as ações cíveis de caráter indenizatório (danos morais), oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos. Os processos administrativos sancionadores referem-se às investigações e/ou procedimentos instaurados pelos Órgãos da Administração Pública, que têm a função de regular e fiscalizar as atividades do mercado financeiro, e que visam a apuração de condutas supostamente irregulares.

16. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil

2º semestre 2019 2018

Informações das controladas:

Capital social	134.398	134.398	134.398
Ordinárias	2.448.501	2.448.501	2.448.501
Preferenciais	2.448.501	2.448.501	2.448.501
Participações - %	100	100	100
Patrimônio líquido	135.119	135.119	119.419
Lucro líquido do semestre/exercício	5.198	5.198	8.783

Movimentação dos investimentos:

Saldos no início do semestre/exercício	133.615	119.419	110.566
Distribuição de dividendos	(4.307)	(4.307)	-
Resultado de equivalência patrimonial	5.775	5.775	8.783
Plano de Pagamento Baseado em Ações nas Controladas	36	36	70
Saldos no final do semestre/exercício	<u>135.119</u>	<u>120.923</u>	<u>119.419</u>

17. DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Sem vencimento	5.965	6.185	-	-	5.965	6.185
Até 3 meses	-	-	60	12.416	60	12.416
De 3 meses a 1 ano	-	-	72.718	405.089	72.718	405.089
De 1 a 3 anos	-	-	4.886	8.955	4.886	8.955
De 3 a 5 anos	-	-	-	22	-	22
Total	5.965	6.185	77.664	426.482	83.629	432.667

18. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	Carteira de terceiros		Carteira de livre movimentação		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
A vencer até 3 meses	24.996	445.109	32.474	118.265	57.470	563.374
Total	24.996	445.109	32.474	118.265	57.470	563.374

19. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2019		2018	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Empréstimos:				
Obrigações por empréstimos no País	3.126	(22.278)	5.240	(502)
Obrigações em moeda estrangeiras - exportação e importação (a)	455.356	(25.270)	688.889	(165.773)
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	2.214.619	(369.508)	8.517.580	(850.692)
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	626.007	(27.416)	1.402.135	(170.305)
Subtotal	3.299.108	(444.472)	10.613.844	(1.187.272)
Repases do País				
Finame	186	(26)	1.811	(90)
Repases do exterior				
Obrigações por repases no exterior (d)	-	(48)	157	(485)
Total	3.299.294	(444.546)	10.615.812	(1.187.847)
Curto prazo	2.987.794		10.219.981	
Longo prazo	311.500		395.831	
Total	3.299.294		10.615.812	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-New York com vencimentos até 2020 e para aplica o em desconto de letras de exporta o, pr -financiamentos de exporta es e financiamentos de importa es, incorrendo em varia o cambial, acrescida de juros de até 3,31% ao ano em 2019 (2,89% ao ano em 2018).

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, no exterior, vencíveis em 2020, sujeitos   varia o cambial e juros de até 3,25% ao ano em 2019 (2,5% ao ano em 2018).

(c) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, no exterior, com vencimento até 2021, sujeitos à variação cambial e juros de até 3,93% ao ano em 2019 (1,6% ao ano em 2018).

Para os empréstimos que foram feitos “hedges” de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de “DDI” e “DI”, houve marcação a mercado no Banco com ajuste desfavorável de R\$ 3.944 (em 2018 favorável em R\$ 7.349).

A Controlada SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil, no curso normal de seus negócios, possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obrigações por empréstimos, captados junto à matriz no exterior do grupo Société Générale – Paris, com vencimentos até 2022, sujeitos   varia o cambial e juros de até 4,51% a.a. e que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos.

Em 24 de novembro de 2017, a Sociedade captou empréstimo com o International Finance Corporation – IFC, no montante de R\$ 66.085, com taxas praticadas no mercado e vencimento em 15 de outubro de 2022.

20. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	2019	2018
Descontos obtidos a diferir (*)	5.235	10.084
Comissão de opera�o em moeda estrangeira	1.760	1.081
Comissão de Indica�o (Estrutura�o)	2.400	-
Total	<u>9.395</u>	<u>11.165</u>

(*) refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de opera es de arrendamento mercantil.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por a es, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no exterior, composto da seguinte forma:

	2019	2018
A�es ordinárias	508.474	508.474
A�es preferenciais	508.474	508.474
Total	<u>1.016.948</u>	<u>1.016.948</u>

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto das institui es,   assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administra o, através de Assembléa Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribui o de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

Conforme previsto no estatuto da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, ao Banco, único acionista é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi provisionado no Banco dividendos a receber no montante de R\$ 4.307 que serão pagos no primeiro semestre de 2020.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% (vinte por cento) do capital social, ou poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto no art. 193 da Lei 6.404/76.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	186.437	11.764	186.437	11.764
Alíquota vigente	25%	25%	15% (*)	20% (*)
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(46.610)	(2.942)	(27.966)	(2.351)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Ajustes de preços de transferência para exterior	(1.445)	(3.726)	(867)	(2.981)
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(19.676)	(15.497)	(11.805)	(12.398)
-Incentivo fiscal	(528)	(625)	(311)	(501)
-Outras despesas não dedutíveis	(1.718)	1.636	(2.543)	(302)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	13.397	4.926	8.037	3.942
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	(11.989)	(12.048)	(7.194)	(9.640)
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	(56)	(76)	(34)	(60)
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	42.637	(2.025)	25.582	(1.620)
-Provisão para publicação de balanço	9	(4)	6	(1)
-Provisão Impairment de Ativo	(33.379)	-	(20.027)	-
-Provisão para Transfer Price Agreements	1.608	(5.742)	964	(4.594)
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	3.689	2.966	2.213	2.373
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR	152	(302)	89	(240)
-Honorários advocatícios	106	291	63	233
-Provisão Garantias	(34)	535	(20)	429
-Outras diferenças temporárias	(14.576)	4.025	18	9
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas exercícios anteriores	17.601	720	7.474	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no período	(50.812)	(27.888)	(26.321)	(27.702)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	11.484	15.713	(6.821)	17.996
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios	(2.364)	26.132	(1.001)	15.917
Total de imposto de renda e contribuição social	(41.692)	13.957	(34.143)	6.211

(*) Em outubro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 13.169/15, que elevou a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de Dezembro de 2018. Para apurar a parcela da base da contribuição social sujeita a nova alíquota, dentro do exercício, o banco efetuou o cálculo estabelecido pela instrução normativa RFB nº 1.591 de novembro de 2015.

b) O Grupo possui prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 63.591 (R\$ 133.996 em 2018) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 578.286 (R\$ 634.894 em 2018) , sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (20% referente ao Banco e 15% referente a Societe Generale Equipment Finance em dezembro de 2019 e 15% em dezembro de 2018) diferidos no montante de R\$ 274.359 (R\$ 293.608 em 2018) e, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

c) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	2.019	2.018
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Diferenças temporárias	-	-
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01):	28.916	-
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	28.916	-
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	-	-
Total	28.916	-
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário constituído	7.229	-
Ativo - Contribuição social		
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Diferenças temporárias	-	-
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01):	28.916	-
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	28.916	-
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	-	-
Total	28.916	-
Alíquota de contribuição social	20%	15%
Crédito tributário constituído	5.783	-
Total crédito tributário constituído (nota explicativa nº 13 a)	13.012	-

(*) Em dezembro de 2019 foi considera a alíquota vigente no momento da realização dos créditos tributários, em adequação a emenda constitucional nº113.

d) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	-	3.625
Adições	13.012	-
Baixas	-	(3.625)
Saldo final	<u>13.012</u>	<u>-</u>

(*) efeito dos Créditos Tributários baixados em 30/06/2017 na Incorporada CCTVM.

e) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	80.020	116.665
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	-	(21.279)
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	1.161	18
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos - disponíveis para venda	(108)	(2.953)
Receitas com atualização de depósitos judiciais	10.509	(16.149)
Realização de superveniência de depreciação	(15.172)	3.718
Saldo final (Nota explicativa nº 13 b)	<u>76.410</u>	<u>80.020</u>

f) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

	<u>Valor contábil</u> <u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>	
<u>Ano</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2040	13.012	-
Total	<u>13.012</u>	<u>-</u>

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 2.787 em 31 de dezembro de 2019.

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2019	2018	2019	2018
SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	182.917	311.117	22.278	42.295
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	63	61	-	757
Depósitos à vista	-	(16)	-	-
Dividendos a pagar/receber	4.307	-	-	-
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	(4.475)	(202)	(1.078)	(9.046)
Depósitos interfinanceiros	(88.575)	(55.443)	(3.226)	(4.335)
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	24.151	53.582	-	-
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	-
Obrigações em moeda estrangeira	-	(688.889)	-	(165.773)
Obrigações por empréstimos do exterior	(33.275)	(288.524)	(11.511)	(33.786)
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	20.194	6.672	-	-
Devedores diversos no exterior (*)	13.996	944	19.449	-
Credores diversos no exterior (**)	(16.540)	(36.379)	-	-
Obrigações em moeda estrangeira	(2.214.619)	(8.517.580)	(473.952)	(850.692)
Obrigações por empréstimos do exterior	(478.914)	(949.638)	(123.813)	(111.202)
Obrigações por repasses do exterior	-	(157)	-	(485)
Outras obrigações - diversas	-	-	-	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	2	2	19	22
Depósitos à vista	(18)	(15)	-	-
Depósitos a prazo	(2.713)	(2.661)	(157)	(162)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(26)	(896)	-	-
Depósitos a prazo	-	-	-	(298)
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	38.937	(32.643)	94.192	(73.409)
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	44.345	60.254	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	182.917	311.117	22.278	42.295
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	-
Depósitos à vista	(44)	(927)	-	-
Dividendos a pagar/receber	4.307	-	-	-
Depósitos a prazo	(2.713)	(2.661)	(157)	(460)
Depósitos interfinanceiros	(88.575)	(55.443)	(3.226)	(4.335)
Devedores diversos no exterior (*)	13.996	944	19.449	-
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	65	63	19	779
Obrigações em moeda estrangeira	(2.214.619)	(9.206.469)	(473.952)	(1.016.465)
Credores diversos no exterior (**)	(16.540)	(36.379)	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(512.189)	(1.238.162)	(135.324)	(144.988)
Obrigações por repasses do exterior	-	(157)	-	(485)
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	34.462	(32.845)	93.114	(82.455)
Outras obrigações - diversas	-	-	-	-

(*) Nota explicativa nº 13 a

(**)Nota explicativa nº 13 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2019	2018
Proventos	6.154	7.883
Contribuição ao INSS	1.357	1.800
Total	<u>7.511</u>	<u>9.683</u>

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, as instituições não concedem empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	2019			2018		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Société Générale-Paris	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>

24 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2º semestre</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas de água, energia e gás	37	69	104
Despesas de material	39	116	143
Despesas de serviços técnicos especializados	6.375	13.043	13.381
Despesas de processamento de dados	3.906	7.740	7.964
Despesas de serviços do sistema financeiro	7.554	14.823	13.040
Despesas de aluguéis	1.857	3.718	4.252
Despesas de serviços de terceiros	16.025	17.031	1.709
Despesas de manutenção e conservação de bens	361	785	770
Despesas de comunicações	608	1.298	1.601
Despesas de contribuições filantrópicas	2.539	2.961	2.288
Despesas de serviços de vigilância e segurança	67	133	126
Despesas de arrendamento	21	36	30
Despesas de seguros	190	193	247
Despesas com entidades de classe	436	937	826
Despesas de propaganda e publicidade	50	124	137
Despesas de publicações	33	138	223
Despesas de transportes	179	350	757
Despesas de promoções e relações públicas	638	720	1.384
Despesas de viagem	532	1.131	1.999
Despesas de depreciação e amortização	638	1.377	2.019
Despesas com contingências cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	-	-	890
Despesas com auditoria	695	1.004	905
Despesas com custas judiciais	6.269	16.045	13.821
Despesas com prestação de serviços corporativos - exterior	3	5	73
Despesas com consultoria jurídica	2.028	4.434	7.577
Despesas pós incorporação de controlada	-	-	98
Outras	251	691	1.017
Total	<u>51.331</u>	<u>88.902</u>	<u>77.381</u>

25 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2º semestre</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Reversão de despesas da matriz	19.449	19.449	537
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	-	-	5.960
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	26.050	67.731	43.184
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	3.491	6.095	4.710
Atualização de créditos tributários	551	1.498	1.779
Atualização de depósitos judiciais	7.001	14.470	15.711
Atualização de depósitos trabalhistas	1.125	2.377	3.016
Atualização de depósitos cíveis	167	378	304
Atualização de contingências fiscais	135	277	24
Juros e multas	386	919	2.541
Reversão de provisão despesas de publicação	-	66	61
Reversão de provisão para pagamento de PPR	480	2.180	2.158
Receitas com cancelamento de contratos	-	-	22
Receitas pós incorporação de controlada	1.046	2.052	867
Reversão de provisão de aluguel e prestação de serviços no País	65	154	-
Prestação de serviços para o exterior	-	-	23
Levantamento depósitos judiciais	-	1.280	-
Variação monetária	2	773	-
Reversão de provisão de PIS COFINS	18	538	15.079
Reversão de provisão para devolução de tarifas	-	-	38
Reversão de provisão de plano de ações	-	24	-
Reversão de provisão de execução de sucumbência	-	-	347
Reversão provisão de despesas com auditoria externa	131	406	31
Reversão de provisão de execução de sucumbência	-	-	284
Reversão de provisão para perdas	9	19	478
Reversão de provisão de garantias recebidas	48	120	3.929
Doações	-	-	100
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	-	2.330	3.926
Outras receitas operacionais	38	71	557
Total	<u>60.192</u>	<u>123.207</u>	<u>105.666</u>

26 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2º semestre</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão de despesas com a matriz	6.894	14.376	36.464
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	-	-	19.485
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	2.958	6.319	5.687
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	281	1.354	5.760
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	10.210	10.409	882
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	1.556	1.942	727
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	102	211	880
Provisão para pagamento de gratificação	1.297	2.753	2.293
Provisão para despesas com publicação	27	67	62
Provisão de serviços técnicos	36	36	300
Descontos concedidos	7	56	674
Variação cambial	4.888	8.251	31.723
Provisão para despesas com auditoria	16	223	339
Provisão para Garantias prestadas	57	64	1.881
Provisão com créditos cedidos com coobrigação	-	-	2.426
Despesas com depósitos judiciais	-	-	4
Provisão para PLR	778	778	-
Provisão adicional IFRS 9	189	189	-
Outras	140	188	207
Total	<u>29.436</u>	<u>47.216</u>	<u>109.794</u>

27 LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basiléia

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basiléia (Basiléia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de Outubro de 2013; entre eles constam:

- Resolução nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.192/13- definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE);
- Circular nº 3.634/13 a nº 3.641/13, e nº 3.644/13 e nº 3.645/13 - define a Parcela de RWA;
- Circulares nº 3.634/13 a nº 3.647/13 - definem a exposição às parcelas de Juros (RWAjur-1 a RWAjur-4), Ações (RWAacs), “Commodities” (RWAcom) e Câmbio (RWacam);
- Resolução nº 4.193/13 - define a Parcela de Risco Operacional (RWAopad)

Apuração dos limites de Basiléia – Consolidado

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2019	2018
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.446.392	1.351.833
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	280.060	538.900
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	15.171	32.913
Valor da margem		1.151.161	780.020

- Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2019		2018	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	174.353	12%	314.153	23%
RWACAM	10.277	1%	7.613	1%
RWAJUR1	43.978	3%	43.978	3%
RWAJUR2	11.048	1%	130.582	10%
RWAJUR3	1.203	0%	977	0%
PACS	-	0%	-	0%
RWAOPAD	39.200	3%	41.597	3%

- Extrapolação

	2019	2018
Índice alcançado	41,32%	21,64%

28 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em a es com liquida o em a es. Os planos de a es livres e diferidas são liquidados com entrega de a es do Société Générale (França).

A seguir, demonstramos os valores de posi o e moviment o dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	2019	2018
Plano de ações livres	2.559	2.294
Total	<u>2.559</u>	<u>2.294</u>
Saldo no início do exercício	2.294	2.293
Constituição	265	348
Reversão	<u>-</u>	<u>(347)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>2.559</u>	<u>2.294</u>

29 OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 409 (R\$ 911 em 2018) e pelos funcionários R\$ 506 (R\$ 1.238 em 2018).

30 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em março de 2020, a pandemia de um novo coronavírus (COVID-19) trouxe impactos econômicos e financeiros a diversos segmentos, que não podem ser integralmente quantificados neste momento. Considerando o cenário de incerteza atual, ainda não é possível mensurar os impactos advindos de uma desaceleração econômica no rendimento do BSGB. Continuaremos com ações preventivas visando a segurança de todos e monitorando quaisquer alterações nas diretrizes emitidas pelos órgãos competentes e/ou pelas autoridades locais de saúde.
